

Sexta-Feira, 26 de Junho de 2026

Comissão de Ética aguarda provas após ação da PF contra Chico 2000

Operação Rescaldo

Danilo Figueiredo do local e Márcio Eça da redação

O presidente da Comissão de Ética da Câmara Municipal de Cuiabá, vereador Eduardo Magalhães (Republicanos), se pronunciou nesta quinta-feira (5) sobre a situação do vereador Chico 2000 (PL), alvo da Operação Rescaldo, da Polícia Federal, e da Operação Perfidia, da Polícia Civil. Magalhães também comentou sobre a decisão judicial que obriga o Legislativo a pagar salários retroativos a Chico 2000 e ao vereador Sargento Joelson (PSB), ambos afastados.

Segundo Eduardo Magalhães, a Câmara precisa aguardar o posicionamento oficial da Polícia Federal, como uma eventual coletiva de imprensa, além do compartilhamento de provas com o parlamento municipal. Ele destacou que, no caso anterior, esse compartilhamento não ocorreu, o que impede a abertura de um processo ético disciplinar baseado apenas em notícias veiculadas na imprensa.

— Nós não podemos abrir um processo usando prints de sites ou reportagens. Precisamos do compartilhamento formal das provas. Do contrário, corremos o risco de judicialização e quem responde sou eu — explicou Magalhães.

O parlamentar reforçou que toda ação da Comissão de Ética precisa seguir estritamente o rito legal. “Tudo tem que ser feito dentro da regra legal. Ele [Chico 2000] tem o direito de se defender, e nós temos o dever de representá-lo, desde que tenhamos base legal”, pontuou.

Sobre a decisão judicial que determina o pagamento dos salários aos vereadores afastados, Eduardo Magalhães disse que a Câmara apenas cumpre a ordem da Justiça.